



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Unidade curricular

Direito Processual Penal II (Mestrado em Direito e Prática Jurídica, Especialidades de Direito Penal e Ciências Jurídico-Forenses)

Docente responsável

Prof.^a Doutora Helena Morão

*Conteúdos programáticos **

Recursos em Processo Penal

1. Constituição e direito fundamental ao recurso em processo penal;
2. A legitimidade para recorrer numa perspectiva constitucional;
3. A recorribilidade à luz da Constituição;
4. Direito fundamental ao recurso, decisão de recurso e poderes de cognição, substituição e cassação do tribunal *ad quem*.

Objetivos da unidade curricular (e relação com os conteúdos programáticos e métodos de ensino)

Conhecer sistemática e aprofundadamente o estado da arte e os problemas fundamentais do Direito Processual Penal dos Recursos, desenvolver o pensamento crítico e a aptidão argumentativa sobre estes temas e adquirir competências de resolução de casos e de investigação e teorização autónomas.

Por esta razão, os conteúdos programáticos incidem sobre os principais pontos dilemáticos dos Recursos em Processo Penal e são discutidos científica e dialogadamente, de acordo com uma metodologia de desconstrução e reconstrução racional de critérios dogmáticos de solução de hipóteses complexas, com ampla utilização de jurisprudência. Avaliação: participação oral: 50%; prova escrita de avaliação final: 50%.

*Bibliografia geral **

- ALBUQUERQUE, Paulo Pinto de, *Comentário do Código de Processo Penal à luz da Constituição da República e da Convenção Europeia dos Direitos do Homem*, 4.^a ed., Lisboa, 2011;
- ANTUNES, Maria João, *Direito Processual Penal*, 3.^a ed., Coimbra, 2021;
- APRILE, Ercole, *Appello, Ricorso per Cassazione e Revisione*, Milão, 2013;
- EUROPEAN COURT OF HUMAN RIGHTS, *Guide on Article 6 of the European Convention of Human Rights – Right to a fair trial (criminal limb)*, 2021, disponível em www.echr.coe.int;
- CAMPBELL, Liz, ASHWORTH, Andrew, e REDMAYNE, Mike, *The Criminal Process*, 5.^a ed., Oxford, 2019;
- FANEGO, Coral Arangüena, “The Right to a Double Degree of Jurisdiction in Criminal Offences (Art. 2 P7)”, in Javier Garc Roca e Pablo Santolaya (org.), *Europe of Rights – A Compendium on the European Convention of Human Rights*, Leiden/Boston, 2012, pp. 167-176;

GASPAR, António da Silva Henriques, CABRAL, José António Henriques dos Santos, COSTA, Eduardo Maia, MENDES, António Jorge de Oliveira, MADEIRA, António Pereira e GRAÇA, António Pires Henriques da, *Código de Processo Penal Comentado*, 3.^a ed., Coimbra, 2021;

HUMAN RIGHTS COMMITTEE, *General Comment No. 32 – Article 14: Right to Equality before Courts and Tribunals and to Fair Trial*, 2007, disponível em www.obchr.org;

LOYOLA, Enrique Letelier, *El Derecho Fundamental al Recurso en el Proceso Penal*, Barcelona, 2013;

MARSHALL, Peter D., “A comparative analysis of the right to appeal”, *Duke Journal of Comparative & International Law*, vol. 22, 2011, pp. 1-46;

MORÃO, Helena, “O fundamento constitucional do poder funcional de recurso e a legitimidade para recorrer do Ministério Público em Processo Penal – A propósito do Acórdão n.º 361/2016 do Tribunal Constitucional”, *Revista do Ministério Público*, n.º 147, 2016, pp. 177-190;

- “Da delimitação subjectiva do direito ao recurso em matéria penal – Fundamento e legitimidade para recorrer”, *Anatomia do Crime – Revista de Ciências Jurídico-Criminais*, n.º 5, 2017, pp. 9-32;

- “‘Whenever yet was your appeal denied?’ – Sobre o direito do arguido ao recurso de decisões de recurso”, *Revista do Ministério Público*, n.º 158, 2019, pp. 37-50;

- “Sem apelo nem agravo – Sobre o direito ao recurso em matéria de facto em caso de primeira condenação em segunda instância”, *Revista do Ministério Público*, n.º 159, 2019, pp. 155-167;

- “Pela renovação da renovação da prova”, *Anatomia do Crime – Revista de Ciências Jurídico-Criminais*, n.º 12, 2020; pp. 171-195;

- “Reformando o recurso em processo penal”, in Paulo Pinto de Albuquerque, Rui Cardoso e Sónia Moura (org.), *Corrupção em Portugal – Avaliação legislativa e propostas de reforma*, Universidade Católica Editora, Lisboa, 2021, pp. 655-663;

MORÃO, Helena, e MELIM, Mafalda Moura (org.), *Direito Processual Penal dos Recursos – Jurisprudência Seleccionada*, Lisboa, 2019;

ROXIN, Claus, e SCHÜNEMANN, Bernd, *Strafverfahrensrecht – Ein Studienbuch*, 29.^a ed., Munique, 2017;

SILVA, Germano Marques da, *Direito Processual Penal Português – Do procedimento (Marcha do processo)*, 3.º vol., Lisboa, 2014;

THAMAN, Stephen C., “Appeal and cassation in Continental European criminal justice systems: guarantees of factual accuracy, or vehicles for administrative control?”, in Darryl K. Brown, Jenia I. Turner e Bettina Weisser (org.), *The Oxford Handbook of Criminal Process*, Oxford, 2019, pp. 937-959.

* O programa detalhado e a bibliografia e a jurisprudência específicas serão enviados antes de cada aula.